

cirkula

# SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO  
AOS DESAFIOS COTIDIANOS



ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY, DOLORES SANCHES WUNSCH,  
GIOVANE ANTONIO SCHERER E TATIANA REIDEL (ORGS.)

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2023.  
1º edição - 2023

Revisão, Normatização e Edição: Mauro Meirelles  
Diagramação e Projeto Gráfico: Mauro Meirelles  
Capa: Luciana Hoppe  
Tiragem: 50 exemplares impressos e 900 exemplares para distribuição on-line.

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP**

S492 Serviço social e política social: da produção do conhecimento aos desafios cotidianos / Alzira Maria Baptista Lewgoy ... [et al.] (Organizadores); prefácio Cláudia Mônica dos Santos. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.  
400 p.: il.

ISBN: 978-85-7150-052-5  
DOI: 10.29327/5338451

1.Serviço social. 2. Política social. 3. Proteção social – Políticas públicas. 4. Serviço social – Profissão – Brasil. 5. Pesquisa – Produção do conhecimento. 6. Políticas de Assistência Social – Educação. I. Lewgoy, Alzira Maria Baptista. II. Wunsch, Dolores Sanches. III. Scherer, Giovane Antonio. IV. Reidel, Tatiana. V. Santos, Cláudia Mônica dos.

CDU: 364

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA.

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

**ESTE LIVRO FOI SUBMETIDO À REVISÃO POR PARES,  
CONFORME EXIGEM AS REGRAS DO QUALIS LIVROS DA CAPES.**

**SERVIÇO SOCIAL**  
**e**  
**POLÍTICA SOCIAL**  
**DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**  
**AOS DESAFIOS COTIDIANOS**

**ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY**

**DOLORES SANCHES WUNSCH**

**GIOVANE ANTONIO SCHERER**

**TATIANA REIDEL**

**(ORGANIZADORES)**

  
**cirkula**

Porto Alegre  
2023

# QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL

Caroline Pires  
Jorge Castellá Sarriera  
Rosa Maria Castilhos Fernandes

## Introdução

Os últimos anos trouxeram uma enxurrada de informações acerca da lastimável realidade ambiental no Brasil: do crescente desmatamento de nossas florestas e biomas, assim como o aumento em quantidade e extensão de queimadas nos mesmos, tanto naturais quanto criminosas; da situação dos garimpos ilegais nos rios amazônicos e em terras indígenas; da poluição cotidiana dos oceanos através do despejo de rejeitos industriais; da alta circulação de navios de grande porte, exploração petrolífera e derramamentos de óleo acidentais no mar, além da matança extensiva dos seres marinhos pela pesca predatória; da possibilidade de tragédias ambientais descomuns, como os rompimentos das barragens de Mariana/MG (2015) e Brumadinho/MG (2019) que destruíram comunidades inteiras, deixando centenas de famílias desabrigadas e contaminando o gigante Rio Doce, que abastece diversas comunidades indígenas e ribeirinhas e serve de casa e alimento para milhares de espécies; as fortes tempestades e chuvas como as ocorridas no ano de 2022 em Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, entre tantas outras situações.

Partimos do entendimento de que a defesa da Natureza e seus biomas são também defesa dos Direitos Humanos, visto que nos



constituímos enquanto parte do planeta Terra e o trazemos em nossas veias. A ruptura do processo metabólico entre humanidade e Natureza, a qual resulta do afastamento de grandes populações humanas do acesso a recursos naturais até que não houvesse outra opção para sua sobrevivência que não a integração ao trabalho assalariado urbanizado, não só prejudicou as capacidades físicas dos/as trabalhadores/as, mas também sua natureza interna a ponto de não nos reconhecermos mais enquanto espécie partícipe do ciclo natural, enquanto parte integrante da Natureza (MARX, 2013).

Nesta linha, catástrofes ambientais decorrentes da mudança climática ou da intervenção humana desregrada imediata, como a mineração e garimpo intensivo, não afetam a todos igualmente. São os segmentos sociais mais vulneráveis e empobrecidos que são empurrados para áreas de risco – suscetíveis a deslizamentos e enchentes, por exemplo – por não terem condições de se manter em locais mais centrais e seguros. Quanto às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, estas se encontram direta e cotidianamente envolvidas em conflitos socioambientais, tanto por invasões em suas terras quanto por contaminações advindas das atividades mineradoras, entre outras. Um exemplo da nocividade que conflitos socioambientais como esses podem assumir é a intoxicação a que diversas comunidades indígenas estão submetidas, como os Munduruku que, segundo matéria do Brasil de Fato – de 30 de março de 2021, respaldada por pesquisa da Fiocruz de dezembro de 2020 – estão com 100% da sua população contaminada por mercúrio, substância utilizada no garimpo do ouro e que é altamente tóxica para seres humanos e o meio ambiente.

A depredação ambiental, principalmente o desflorestamento de grandes áreas – como é frequente no bioma amazônico – contribui também para a origem de epidemias e pandemias, uma vez que a minoração da diversidade de nossas faunas colabora para o espraiamento de vírus para a nossa espécie. Temos como exemplo

o Coronavírus Covid-19, causador de uma crise sanitária mundial e que vitimou muito mais pobres do que ricos, evidenciando que os agravos ambientais podem ser muito mais fatais às populações empobrecidas e que o debate ecológico precisa levar em conta os prejuízos decorrentes da divisão da sociedade em classes e o sistema capitalista de produção. Reconhecer os efeitos e agravos provocados pela violência originária do capital é pressuposto para a ruptura com tal sistema, assim como para a construção de uma sociedade democrática que tenha por norte um projeto societário ambientalmente saudável.

Tal contexto nos leva a corroborar com a necessidade de se dar visibilidade a este debate em sua totalidade e contribuindo, complementarmente, para a possibilidade de ampliação do escopo de ações e competências das/os Assistentes Sociais ao identificar a questão socioambiental como pauta fundamental de luta, visto que esta transversaliza os diversos aspectos que compõem a totalidade da vida humana. O meio ambiente torna-se assim um espaço de luta e disputa política.

Desta forma é que nos mobilizamos para a realização de uma pesquisa bibliográfica no âmbito do Serviço Social intitulada “O Enfrentamento à Questão Socioambiental no Brasil: A política ambiental brasileira e o debate no Serviço Social”, com o objetivo geral de analisar a política ambiental brasileira, em suas principais legislações e alterações, no período 2011-2021, com a finalidade de reconhecer como a mesma tem contribuído para o enfrentamento da questão socioambiental. Neste texto procuramos socializar os resultados relativos ao objetivo que buscou reconhecer como a dimensão ambiental vem sendo abordada na produção de conhecimento teórico no âmbito do Serviço Social. A opção por este objeto de estudo se deu por ser um assunto que vem crescendo nos debates promovidos pela categoria de Assistentes Sociais, a qual vem agregando importantes elementos na discussão sobre a problemá-

tica ambiental e as relações sociais conflitantes que dela decorrem. Para tanto, o texto além destas reflexões introdutórias, inicia com uma revisão teórica situando a relação da questão socioambiental e a questão social e na continuidade apresenta fragmentos da pesquisa bibliográfica realizada sobre a produção de conhecimentos tendo como objeto em estudo: a questão socioambiental.

### **A Questão Socioambiental: subsídios teóricos para a discussão**

Assim como a questão social que, segundo Yamamoto (2001), se constitui em conjunto de disparidades originadas pela relação desigual entre capital e trabalho, a questão socioambiental também encontra eco no desequilíbrio promovido por tal relação. Concordando com Netto (2001), que relembra que o denominado pauperismo do início dos tempos industriais se converteu em “questão social” quando se identificou que a base para a riqueza de poucos era sustentada pela pauperização de muitos e que o aprimoramento técnico do modo de produção, em vez de trazer prosperidade social pela abundante riqueza que poderia gerar, aprofundava o abismo econômico entre as diferentes classes, também a questão socioambiental cresce na medida em que se crescem os meios para se sobrepuja-la.

A questão socioambiental retrata principalmente a desigualdade no acesso e usufruto da Natureza. Para Nunes (2017, p. 173), ela é apreendida

[...] como resultado da acentuação das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Ou seja, atribui-se às relações sociais capitalistas a causa principal da crise socioambiental contemporânea, visto o distanciamento do homem e da natureza, a utilização classista dos recursos naturais e o uso irracional do mundo natural.

Seguindo neste ponto de vista, salienta-se aqui o quanto a classe trabalhadora foi distanciada da Natureza e de suas riquezas para a própria constituição do capitalismo e manutenção das estruturas de poder, causando uma quase total expropriação dos recursos mantenedores da vida livre dos/as trabalhadores/as e alicerçando a consolidação de um sistema que tem por base o contraste miserabilidade/concentração de riqueza (MARX, 2013). Por conseguinte, explora e degrada o meio ambiente em nome do lucro ao mesmo tempo em que socializa os danos e agravos ambientais. Reitera-se que a questão socioambiental é situada no capitalismo por que

[...] os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a configurar um quadro de ameaças à sustentabilidade planetária, tendo em vista que o objetivo precípua da produção não residia na formação do excedente com vistas ao mercado e, consequentemente, à obtenção do lucro (SILVA, 2010, p. 48).

É através da constante necessidade de valorização do valor, da visão do lucro como um fim em si mesmo, que a relação do homem com seus meios de produção começa a ser transformada, pois para suprir a exigência de expansão do capitalismo é imperativo que a terra e seus recursos sejam utilizados à exaustão, pois só assim a acumulação e concentração de capital é possível. Desta maneira, a relação entre sociedade e Natureza é radicalmente transformada, o meio ambiente passa a ser visto de forma utilitarista, com sua importância atrelada às possibilidades de valorização do valor (ultrapassando a concepção do valor de uso para o valor de troca) e não mais de forma romântica ou mística, como havia sido percebida em épocas anteriores. Entretanto, a sociedade não pode ser vista como unidade frente à Natureza, pois



[...] do ponto de vista histórico, é inaceitável culpar o humano como algo homogêneo, já que o que qualifica a ação predatória não é a ação humana abstratamente, mas modos específicos de relações sociais que determinam formas de uso e apropriação da natureza, pautadas na exploração intensiva do trabalho e dos recursos vitais disponibilizados pela natureza. Portanto, não faz sentido afirmar que a transformação da natureza é um problema, mas faz sentido sim afirmar que modos específicos de produção, territorialmente determinados, levam a transformações insustentáveis sob o prisma social e ecológico (LOUREIRO, 2012, p. 24-25).

É evidente então que a usurpação das riquezas naturais e a consequente degradação ambiental têm suas bases assentadas na divisão da sociedade em classes. Este modo de produção que modela a sociedade à sua própria imagem, através da reprodução ampliada de convenções sociais excludentes, tem na apropriação privada da Natureza comum fonte *quase* inesgotável de lucro. Os efeitos dessa apropriação desigual do meio ambiente e seus recursos, porém, já se fazem sentir, principalmente através da mudança climática que cada vez mais evidencia a urgência de se repensar velhos e insustentáveis costumes.

Incorporar a questão socioambiental no horizonte de trabalho do Serviço Social significa se inserir de forma crítica nessa dimensão que transversaliza a vida social e que contribui para ampliar e agudizar as demais expressões da questão social e que se constitui no objeto de trabalho profissional. O Serviço Social brasileiro sempre acompanhou as evoluções sócio-históricas que tiveram em curso no país e essa constante atualização é fundamental, ainda mais por pertencer a um ramo profissional que é diretamente afetado pela ampliação ou redução das políticas sociais públicas (Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Educação, entre outras) que se constituem em um dos principais

espaços sócio-ocupacionais para as mediações por meio do trabalho profissional. Diante da complexidade da vida social moderna, diferentes espaços são férteis para a ampliação das competências profissionais. De acordo com Yamamoto (2009, p. 367):

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos.

Nesta perspectiva, entendemos a dimensão ambiental não só como um espaço sócio-ocupacional para a categoria, mas também como uma forma de apreensão das múltiplas expressões da questão social, uma vez que os agravos ambientais têm a capacidade de aprofundar estas expressões. A questão socioambiental acirra as desigualdades sociais na medida em que, para além da disparidade no acesso e usufruto aos recursos naturais, pode desencadear situações de calamidade pública, como seca e falta de abastecimento de água, enchentes e deslizamentos nas cidades e periferias, espraiamento de doenças e epidemias, entre outros. Desta forma, os/as Assistentes Sociais cada vez mais se conscientizam dos atravessamentos ambientais nas vidas dos/as usuários/as e da população como um todo, como poderá ser constatado através da robusta produção de conhecimento sobre o tema ao longo da última década.

Tratando-se das políticas sociais públicas não podemos deixar de citar os limites impostos e a redução e/ou cortes drásticos nos recursos orçamentários – colocados em curso desde 2016 no Brasil e que se acirraram no período de 2019 a 2022 – atingindo

a Saúde, a Educação, a Assistência Social, as áreas de Segurança Pública, de Infraestrutura, da Ciência e Tecnologia, da Cultura e do Meio Ambiente, fazendo com que os investimentos públicos não acompanhem o crescimento da demanda e das necessidades sociais. Podemos citar como exemplo de uma política social que vem perdendo força nos últimos anos – devido às constantes crises do capital, as escolhas políticas dos últimos governos e, também, a crise sanitária do coronavírus instaurada no ano de 2020 – o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) do Governo Federal, implantado no governo Lula (2003-2011). Tal programa consiste na construção de cisternas para a captação de água das chuvas para o semiárido brasileiro – sendo este o clima mais quente do país, com chuvas escassas e longos períodos de seca.

Segundo o veículo Brasil de Fato (2020), em 2014 a injeção de recursos para o Programa atingiu seu ápice, porém, a partir daí começou a decair, atingindo os patamares mais baixos de financiamento no governo Bolsonaro (2019-2022). De acordo com a matéria se vê que este é um importante programa que vem sendo desmontado nos últimos anos, retirando o direito das famílias do semiárido à água potável e à agricultura familiar e trazendo a fome de volta ao Sertão. Este é um oportuno exemplo de como o Estado, por meio das políticas públicas e sociais, pode intervir significativamente nas expressões da questão socioambiental – seja com apoio àqueles que enfrentam climas adversos ou tragédias ambientais, seja com a prevenção a desastres. A redução de investimentos exemplificada, porém, atenta-nos para a contradição inerente ao Estado que, assim como um fomentador de políticas que promovem a qualidade de vida e a defesa socioambiental, também pode se constituir em um obstáculo à garantia das mesmas.

## O posicionamento do Serviço Social: o que a investigação revelou

A investigação científica que deu origem a este estudo teve o materialismo histórico-dialético como caminho teórico, contando com uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e natureza bibliográfica sobre o posicionamento do Serviço Social frente à questão socioambiental. A investigação buscou, então, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, todos vinculados a Programas de Pós-Graduação do Serviço Social, que versassem sobre a problemática ambiental. Foram coletados desde estudos que abordassem os fundamentos da temática como também aqueles que discorressem sobre conflitos ambientais específicos, pois estes são expressões da questão socioambiental.

Este momento da investigação buscou títulos em revistas indexadas da área do Serviço Social, as quais foram: Serviço Social e Sociedade (A1), da Editora Cortez; SER Social (A1), vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Política Social da Universidade de Brasília (UnB); Katálysis (A1), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Textos e Contextos (A2), vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); e, Temporalis (B1), editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A escolha dessas referências bibliográficas foi intencional por se tratar de revistas de grande reputação e circulação na área do Serviço Social, além de serem revistas com avaliações Qualis altas, o que indica a alta qualidade dos periódicos científicos. A busca dos artigos foi feita ano a ano, através dos sumários disponibilizados online, considerando o período de 2011 a 2021. Como resultado, foram encontrados 45 artigos que versavam sobre a temática ambiental, sendo em cada revista identificado os seguintes números: Serviço Social e Socie-

dade, n. 4; SER Social, n. 4; Katálysis, n. 22; Textos e Contextos, n. 4; e, Temporalis, n. 11.

Também foram buscadas teses de doutoramento e dissertações de mestrado sobre a temática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (período de 2011 a 2021) e utilizou como descritores os termos: serviço social + socioambiental; serviço social + ecologia; serviço social + sustentabilidade; serviço social + ambiental; e, serviço social + natureza. Foram encontradas 74 dissertações e 21 teses que remetiam aos termos pesquisados, as quais, juntos com os artigos científicos, foram categorizadas e pormenorizadas conforme as orientações de Bardin (1977) e Gil (2016).

Considerando todas as fontes consultadas, foram coletadas então 140 produções científicas vinculadas ao Serviço Social que tratavam sobre a questão socioambiental na última década. Consideramos este um número alto de produções, o que evidencia que este já é um tema que ganha espaço na agenda do Serviço Social e, analisando o contexto social de crise ambiental, social, política e sanitária, além do descaso com o meio ambiente por parte do Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), podemos aferir, ainda que hipoteticamente, que o volume de produções sobre a dimensão ambiental poderá aumentar nos próximos anos.

A partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977; GIL, 2016) realizada foi possível organizar os achados em 11 categorias relacionadas com os objetivos da pesquisa e que foram emergindo ao longo das análises, restando assim definidas<sup>1</sup>: 1 - Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico (22); 2 - Gestão e Políticas Públicas (15); 3 - Conflitos Socioambientais (27); 4 - Resistências e Lutas Ambientais (19); 5 - Desastres Ambientais (5); 6 - Racismo Ambiental (2); 7 - Questão Socioambiental e Relações de Gênero (3); 8 - Debate à Luz de Autores (3); 9 - Meio

---

<sup>1</sup> Entre parênteses se encontram o número de estudos encontrados relativos à categoria em questão.



Ambiente e Saúde (10); 10 - Questão Socioambiental e Serviço Social (27); e, 11 - Trabalho com Recicladores/Resíduos Sólidos (7). Acreditamos que estas 11 categorias conseguiram captar as similitudes e diferenças dos estudos, contribuindo para uma visão global do posicionamento do Serviço Social com relação ao objeto em estudo.

Foi possível inferir que a predominância dos assuntos se dá nas categorias *Conflitos Socioambientais* (27), *Questão Socioambiental e Serviço Social* (27) e *Contexto Socioeconômico* (22), sendo seguidos por *Resistências e Lutas Ambientais* (19) e, logo após, *Gestão e Políticas Públicas* (15). Entre tais categorias, notou-se que esta última aparece muito mais em Dissertações do que em Artigos ou Teses. O mesmo não acontece com a categoria *Conflitos Socioambientais* que, apesar de ser numerosa em todos os formatos de estudos, foi muito mais significativa como Artigos de revistas. A categoria *Questão Socioambiental e Serviço Social* foi uma temática que também apareceu em maior número como Dissertações, assim como *Meio Ambiente e Saúde* que apareceu somente em uma das revistas pesquisadas nos últimos dez anos.

Ao verificar a predominância dos assuntos por tipo de publicação, evidenciou-se que nas publicações em revistas científicas há uma grande incidência de assuntos referentes ao *Contexto Socioeconômico* (12) e aos *Conflitos Socioambientais* (10). As Teses, por sua vez, são um pouco mais bem distribuídas, mesmo assim as áreas de maior predomínio foram relativas às categorias *Questão Socioambiental e Serviço Social* (6), seguido de *Conflitos Socioambientais* (5) e, logo após, *Contexto Socioeconômico* (4). Já nas Dissertações, a temática *Questão Socioambiental e Serviço Social* saiu na frente, com 15 publicações, seguido de *Gestão e Políticas Públicas* (13) e, ambas as categorias *Conflitos Socioambientais* e *Resistências e Lutas Ambientais*, empatadas com 12 publicações cada. Quanto à distribuição temporal, observamos que há

regularidade na quantidade de publicações por ano, não havendo oscilações de tempo significativas entre as mesmas.

Nota-se que os assuntos explorados pelas/os pesquisadoras/es e representados aqui pelas citadas categorias de análise são caros aos/às Assistentes Sociais, que têm nas políticas públicas e na análise social crítica um espaço fértil de trabalho técnico e intelectual. O trabalho junto aos movimentos sociais, principalmente englobados na categoria *Resistências e Lutas Ambientalistas*, também se sobressaem nos resultados das pesquisas, o que reflete que cada vez mais as/os Assistentes Sociais incluem os movimentos ambientalistas como espaços de mobilização política e ampliação de direitos. Quanto às outras categorias que englobam atravessamentos, como *Relações de Gênero e Racismo Ambiental*, estas ainda não são tão representativas em números quando comparadas com as supracitadas, porém, por mais que ainda sejam inaugurais na categoria, trazem consigo o embrião de debates de peso que têm muito a reverberar em nossa sociedade e no processo de trabalho em que se inserem os/as Assistentes Sociais. À vista de tais resultados, acreditamos que a temática socioambiental será ainda largamente expandida, abrindo espaço para o adensamento de discussões permeadas por outras determinações sociais que pesam sobre segmentos populacionais específicos, tais como povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, moradias em área de riscos, vulneráveis, moradias precárias, entre tantas outras afetadas pelos agravos ambientais e pelo capital.

Para uma melhor visualização do debate que vem sendo desenvolvido pelo Serviço Social, algumas considerações são trazidas neste texto socializando as principais reflexões analíticas do processo. Quanto à categoria *Conflitos Socioambientais*, esta agrupou estudos que tratavam de conflitos entre grupos de interesse acerca de territórios ou distribuição de recursos e agravos naturais; também sobre a construção de grandes empreendimentos que impactaram a vida de populações; assim como casos de in-

justiça ambiental. Já a categoria *Desastres Ambientais* incorporou produções que tratavam de calamidades ambientais específicas e seus impactos nas comunidades afetadas. A categoria *Trabalho com Recicladores/Resíduos Sólidos* trouxe estudos que falavam das condições de vida de catadores de materiais recicláveis e também da destinação de resíduos sólidos nas cidades. Quanto à categoria *Debates à Luz de Autores*, esta agrupou trabalhos que tiveram por objetivo problematizar a questão socioambiental sob a luz teórica de autores renomados, como Enrique Dussel. Já as categorias *Questão Socioambiental e Relações de Gênero e Racismo Ambiental* englobaram estudos que tratavam da questão socioambiental, ou de suas expressões conflituosas, pelo viés dos atravessamentos de gênero e raça, respectivamente. Por fim, a categoria *Meio Ambiente e Saúde* trouxe estudos que relacionavam a questão socioambiental aos processos de produção ou desgaste da saúde humana, inclusive aqueles relativos à segurança alimentar.

Adentrando agora nas categorias melhor pormenorizadas, a categoria *Questão Socioambiental e Contexto Socioeconômico* apresentou estudos que problematizavam e/ou traziam reflexões acerca da realidade ambiental no cenário sócio-político em questão, trazendo os fundamentos da mesma ou situando-a no sistema capitalista de produção e regulação social. Examinando mais a fundo os conteúdos propostos pelos/as Assistentes Sociais no que concerne à análise socioeconômica do fenômeno ambiental, os trabalhos trataram principalmente da mercadorização e financeirização da Natureza promovidas pela ideologia capitalista de apreensão do meio ambiente (AGUIAR e BASTOS, 2012; SILVA e ARAÚJO, 2012; SIMIÃO, 2021; JORGE, 2013). Segundo Aguiar e Bastos (2012, p. 86):

O elo final da cadeia de incorporação capitalista da natureza é a mercadorização. Basicamente, corresponde ao processo final de articulação entre a natureza e o processo

de trabalho, em que este introduz o trabalho assalariado como agente transformador da natureza numa matéria qualitativa diferente, portadora de uma utilidade social e, sobretudo, de valor de troca. Ou seja, transforma-se em uma mercadoria.

Ainda, algumas das publicações criticaram estratégias ditas ambientalistas, mas com caráter fortemente mercadológico, como as que aspiram ao “Consumo consciente”, “Capitalismo Verde”, “Economia Verde” e “Ecocapitalismo” (ARAÚJO e SILVA, 2012; SIMIÃO, 2021, 2014; ZACARIAS, 2012), uma vez que as mesmas estimulam mudanças comportamentais individuais sem necessariamente tencionar as bases estruturais sob as quais a questão socioambiental é fundada.

Quanto à categoria *Gestão e Políticas Públicas*, esta referiu-se a estudos que discutiam principalmente a implantação e execução de leis, políticas e programas ambientais ou que faziam referência à organização e distribuição de recursos naturais em quaisquer níveis de governo (municipal, estadual e federal). Entraram aqui os estudos que versavam, por exemplo, à Política Nacional de Educação Ambiental.

Esta categoria evidenciou uma interessante questão: 5 dos 14 trabalhos aqui alocados se referiam a políticas públicas no contexto amazônico (CHAVES, 2018; GUIMARÃES, 2011; GARRIDO, 2011; SILVA, 2011b; SOARES, 2015), sendo essa uma região de grande incidência de estudos ambientais em comparação às demais regiões do Brasil. Já analisando a totalidade dos estudos enquadrados nesta categoria, identifica-se que muitos atentam para a necessidade de ações preventivas aos agravos socioambientais pela gestão pública, que afirmam estar privilegiando ações compensatórias, como nos casos de desastres ambientais e poluição de ecossistemas por empresas privadas e até mesmo alguns eventos públicos (FREIRE e PRESCHOLDT, 2015; WEIL,

2014; VIGOLO, 2013). Outro apontamento, que se acredita ser complementar a este, é relativo ao caráter empresarial que a gestão pública pode apresentar, dificultando uma contribuição efetiva ao enfrentamento de questão ambientais por ser compelida a favorecer o habitual modo predatório de exploração do meio ambiente (SANTANA e SOUSA, 2012).

A categoria *Resistências e Lutas Ambientalistas* foi composta por trabalhos que versavam sobre processos de resistências de populações impactadas por conflitos e degradações ambientais e também por aqueles que expunham modos alternativos e sustentáveis de vida e organização do trabalho. Os estudos desta categoria foram os que mais contaram com observação participante e deram-se principalmente em âmbitos não-urbanos. Nesta linha, uma quantidade significativa de estudos expôs experiências em comunidades ribeirinhas e reservas indígenas, assim como em assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), englobando inclusive o processo de trabalho em associações e cooperativas sustentáveis (LE MOS, 2015; RODRIGUES, 2014; OLIVEIRA, 2018; SANTOS, 2011; SAMPAIO, 2012; SILVA, 2012; PONTES, 2015; LUZ, 2013; SILVA, 2011a; SANTOS, 2014).

A análise dos estudos aqui agrupados evidencia a necessidade do fortalecimento de práticas associativas e do cooperativismo, assim como da agricultura familiar (CÂNDIDO, 2014; PONTES, 2015; SANTOS, 2014; SAMPAIO, 2012). Conforme as pesquisas, estas práticas têm contribuído para a materialização de ações sustentáveis no meio rural, diferentemente do agronegócio atualmente dominante que promove o desgaste dos solos e a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários. Assim, a agroecologia aparece como importante força social, uma forma de luta contra-hegemônica que viabiliza mudanças nas práticas produtivas e alimentares, contribuindo para uma maior consciência ecológica tanto dos que plantam como dos que consomem.



E, por fim, a categoria *Questão Socioambiental e Serviço Social* trouxe produções que versavam sobre o debate da questão socioambiental dentro da categoria; abordaram também os processos de trabalho da/o Assistente Social na área ambiental, inclusive com subsídios para a atuação da/o Assistente Social; e, também, desta expressão da questão social enquanto um novo e desafiante campo de intervenção dos/as assistentes sociais (MARQUES e SCHIMITT, 2021; CYRINO, 2013; SILVA, 2019a; PEREIRA, 2018; DIAS, 2012), destacando a área ambiental como um espaço de discussões aberto às diversas áreas de conhecimento, numa perspectiva multi e interdisciplinar.

Uma das justificativas mais recorrentes no que concerne à apropriação da temática socioambiental pelo/as Assistentes Sociais e sua inserção neste meio foi o compromisso da categoria em se manter em dia com a realidade social, antecipando possíveis novas manifestações da questão social – neste caso, a emergência ambiental – e asseverando a versatilidade e plasticidade da profissão face ao contexto sócio-histórico em que se situa (MARQUES e SCHIMITT, 2021; VIEIRA, 2017; SILVA, 2016b; SILVA, 2018a). Como desafios, aparecem a carência de subsídios teóricos para a qualificação dos/as Assistentes Sociais para a atuação nesta área (SAUER e RIBEIRO, 2012), assim como a necessidade de articulação entre teoria e prática de forma a possibilitar alternativas viáveis para o enfrentamento à questão socioambiental (NUNES e SILVA, 2013) e a imprescindibilidade da ampliação do número de Assistentes Sociais na área (SILVA, 2018a).

A mobilização e organização comunitária, a geração de renda (DIAS, 2012) e o trabalho com gestão a partir de pesquisas territoriais (REZENDE, 2016) aparecem como possibilidades de atuação profissional, mas o que mais se destacou nesta perspectiva foi a dimensão socioeducativa da profissão, sendo esta uma das competências profissionais mais requisitadas junto ao

trabalho socioambiental (CAETANO, 2021; MOREIRA, 2013; ANITELLI, 2017; DIAS, 2012; SILVA, 2018a).

Interessante notar também a significativa quantidade de trabalhos que, como este, objetivaram reconhecer o posicionamento e o entendimento da categoria acerca da questão socioambiental (SILVA, 2016b; NUNES, 2018; LUDWIG, 2021; SILVA, 2019a; SILVA, 2015; SILVEIRA, 2015; PEREIRA, 2018; MENDES, 2011; SILVA, 2018a), o que ilustra o quanto as/os profissionais do Serviço Social têm tentado se inserir neste debate. A tentativa de compreensão sobre o que os/as demais companheiros/as de profissão estão trazendo dentro desta temática, deixa claro que há uma preocupação da categoria em reconhecer seus limites e possibilidades para a atuação na área. Atesta-se então que os/as Assistentes Sociais têm se interessado pela temática ambiental e a enxergam como uma “nova” atribuição profissional.

### **Considerações finais**

Através deste estudo, objetivamos demonstrar não só o posicionamento da categoria de Assistentes Sociais frente à questão socioambiental, mas também expor a importância da inserção da mesma neste debate. Entendemos que a discussão ambiental pode ser muito beneficiada, uma vez que esta categoria incorpora o propósito de transformação social, visando uma sociedade justa e livre de explorações (CFESS, 2012). Ademais, com o materialismo histórico-dialético como referência, tal problemática tende a ser percebida em sua totalidade, saindo do plano do imediato e sendo problematizada desde suas raízes.

A investigação possibilitou identificar que o Serviço Social tem entendido a questão socioambiental como um dos desdobramentos da relação conflituosa entre o sistema capitalista de produção e a exploração do trabalho, situando a gênese da questão

socioambiental na espoliação da natureza mediada pelas relações burguesas de propriedade. Rodrigues (2014, p. 42) esclarece esta noção ao trazer que:

[...] as raízes da questão ambiental se localizam no período histórico da acumulação primitiva do capital que, através da expropriação das terras de uso comum e da consequente expulsão dos produtores camponeses, operou primeiramente, a separação entre o homem e a natureza. Isso demonstra que a pilhagem dos recursos naturais é uma tendência intrínseca ao capital, que vem sendo reafirmada no seu curso e agravada no atual processo de acumulação capitalista, hegemônico pela financeirização, em função da ampliação da escala e do ritmo cada vez mais acelerado de produção, demandando novos espaços sociais e físicos.

Reconhecemos assim o posicionamento crítico que a categoria de Assistentes Sociais vem demarcando frente à questão socioambiental ao trazer análises pertinentes sobre o assunto que chegam às origens do processo de espoliação da Natureza, identificando o sistema capitalista de produção como o principal catalisador da crise ambiental em curso. A saída proposta pela categoria é a transformação social através da superação das relações capitalistas de produção e reprodução da vida. Por fim, acreditamos que este debate tende ainda a ser bastante ampliado e aprofundado, assim como as possibilidades das mediações por meio do trabalho dos/as Assistentes Sociais junto à dimensão ambiental que, numa perspectiva interdisciplinar, ainda têm muito a contribuir para a transformação socioambiental.

## Referências

AGUIAR, J. V.; BASTOS, N. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. **Katálisis**, v. 15, n. 1, pp. 85-94, 2012.

ANITELLI, A. A. S. **Serviço Social e educação ambiental: um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA) de Araras/SP**. [Dissertação de Mestrado]: Franca: UNESP, 2017.

ARAÚJO, N. M. S.; SILVA, M. G. Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. **Temporalis**, v. 12, n. 24, pp. 127-143, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAETANO, M. **Dialética verde: subsídios para o trabalho profissional de assistentes sociais na área socioambiental**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2021.

CANDIDO, M. N. O. **Associativismo e agricultura familiar: construção de indicadores de sustentabilidade para a associação “Flores da Eva” no município de Rio Preto da Eva-AM**. [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2014.

CHAVES, B. G. O. **Sustentabilidade social e cultural da política de educação ambiental: um estudo de caso no programa social e ambiental dos igarapés de Manaus-AM**. [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, CFESS: 2012.

CYRINO, A. B. S. **O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do Serviço Social: sustentabilida-**

**de, resiliência, instrumentalidade na cidade de Manaus/AM.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2013.

DIAS, M. R. **A atuação do Assistente Social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS).** [Dissertação de Mestrado]. Franca: UNESP, 2012.

FREIRE, L. M. B.; PRESCHOLDT, S. G. A. Desenvolvimento às avessas e depredação socioambiental por uma mineradora. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, pp. 476-500, 2015.

GARRIDO, A. L. **O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM – e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus.** [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2016.

GUIMARÃES, J. T. S. **Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o serviço social.** [Dissertação de Mestrado]. Belém: UFPA, 2011.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporals**, n. 3, pp. 09-32, 1001.

JORGE, L. M. L. **O horror do “paraíso”: onde a natureza se transforma em “paisagem” e a “paisagem” se transforma em mercadoria.** [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.



LEMOS, E. M. **O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS.** [Tese de Doutorado]. Franca: UNESP, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez, 2012.

LUDWIG, C, J. S. S. **Questão socioambiental e a mineração: um estudo a partir da produção do Serviço Social.** [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2021.

LUZ, H. C. **Desenvolvimento sustentável na Amazônia: uma análise nas aldeias Frasqueira e Itaputyre da Reserva Indígena Tembé do Alto Rio Guamá RIARG.** [Dissertação de Mestrado]. Belém: UFPA, 2013.

MARQUES, E. J. S. T.; SCHMITT, A. R. V. O Serviço Social ambiental: compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. **Katálysis**, v. 24, n. 3, pp. 607-616, 2021.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, M. M. **Serviço Social e sustentabilidade: uma nova demanda para a profissão.** [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: PUC-SP, 2011.

MOREIRA, I. S. **Serviço Social e meio ambiente: a contribuição do Assistente Social em Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.** [Tese de Doutorado]. Franca: UNESP, 2013.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, n. 3, pp. 41-49, 2001.

NUNES, L. S.; SILVA, A. G. M. A concepção de questão socioambiental e o serviço social. **Temporalis**, n. 26, pp. 97-116, 2013.

NUNES, L. S. A questão socioambiental na particularidade brasileira: caráter destrutivo da acumulação capitalista. **Temporalis**, v. 17, n. 34, pp.173-194, 2017.

NUNES, L. S. **Questão socioambiental e formação profissional: o que o Serviço Social tem a ver com esse debate?** [Tese de Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2018.

OLIVEIRA, D. M. S. C. **O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e a construção de novos modelos de assentamento rural: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST em Macaé-RJ.** [Dissertação de Mestrado]. Niterói: UFF, 2018.

PEREIRA, J. A. **A produção de conhecimento sobre a questão ambiental no Serviço Social: análise dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 2016.** [Dissertação de Mestrado]. Juiz de Fora: UFJF, 2018.

PONTES, I. P. S. **Sustentabilidade da agricultura familiar tradicional: um estudo nas comunidades ribeirinhas no município de Caapiranga/AM.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2015.

RAQUEL, M. Rios, terras e alimentos contaminados: como vivem os afetados pelo garimpo ilegal. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/30/rios-terras-e-alimentos-contaminados-comovivem-os-afetados-pelo-garimpo-ilegal>>.

REZENDE, P. N. **Serviço Social e saúde ambiental: desafios e possibilidades de atuação no centro da cidade de São Paulo.** [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: PUC-SP, 2016.

RODRIGUES, M. A. G. **Política da Questão Ambiental no MST: a Agroecologia como estratégia produtiva e política.** [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SAMPAIO, A. C. S. **Os caminhos da transição agroecológica: uma análise das experiências da agricultura familiar camponesa no Território dos Vales do Curu e Aracatiacu.** [Dissertação de Mestrado]. Natal: UFRN, 2012.

SANTANA, R. N. N.; SOUSA, S. M. P. S. Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras: notas preliminares. **Katálysis**, v. 15, n. 1, pp.112-121, 2012.

SANTOS, L. R. S. **Trabalho e sustentabilidade: manejo de andiroba pela COOPFITOS e comunidade Canaã no município de Manaquiri/AM.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2014.

SANTOS, S. J. E. **Comunidades sustentáveis: autoridade e autonomia em questão.** [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2011.

SAUER, M.; RIBEIRO, E. M. Meio Ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, pp. 390-398, 2012.

SILVA, A. C. B. B. **Meio Ambiente e Serviço Social: formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a relação com a questão socioambiental.** [Dissertação de Mestrado]. Franca: UNESP, 2019.

SILVA, A. I. **O trabalho do assistente social e a questão socioambiental: dimensão educativa em perspectiva.** [Dissertação de Mestrado]. Franca: UNESP, 2018.

SILVA, E. L. P. **Da casa ao Mangue: abordagem socioecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do Rio Paraíba-PB.** [Dissertação de Mestrado]. João Pessoa: UFPB, 2011.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. M. G. **Sindicalismo rural e desenvolvimento sustentável: uma aproximação crítica.** [Dissertação de Mestrado]. Recife: UFPE, 2012.

SILVA, S. C. **Produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental: uma análise de seus fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos.** [Dissertação de Mestrado]. Recife: UFPE, 2015.

SILVA, S. Q. E. **Gestão social e sustentabilidade: um estudo de caso sobre a política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2011b.

SILVA, T. P. **Questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social.** [Dissertação de Mestrado]. Franca: UNESP, 2016b.

SILVA, M. G.; ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S. Consumo consciente: o ecocapitalismo como ideologia. *Katálysis*, v. 15, n. 1, pp. 95-111, 2012.

SILVEIRA, J. P. B. **Questão ambiental e sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social.** [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2015.

SIMIÃO, L. N. **Crise Climática, Mecanismos de Mercado e a Financeirização da Natureza: uma análise da degradação so-**

**cioambiental regulamentada pela farsa ideológica do mercado de carbono.** [Tese de Doutorado]. Natal: UFRN, 2021.

SIMIÃO, L. N. **O “Novo” Discurso Hegemônico da (In) Sustentabilidade do Capitalismo Verde: uma análise crítica.** [Dissertação de Mestrado]. Natal: UFRN, 2014.

SOARES, G. T. **Sustentabilidade socioambiental: um estudo de caso na cooperativa de fibras e vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas.** [Dissertação de Mestrado]. Manaus: UFAM, 2015.

VIEIRA, S. L. S. **Do Serviço Social no Brasil e da questão socioambiental do século XXI: uma abordagem à ecologia de Marx.** [Tese de Doutorado]. São Paulo: PUC-SP, 2017.

VIGOLO, T. C. **Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais.** [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2013.

WEIL, A. G. **A Realidade Fora da Arena: a dinâmica (in)sustentável do trabalho informal no festival folclórico de Parintins - Amazonas.** [Tese de Doutorado]. Manaus: UFAM, 2014.

ZACARIAS, R. S. Do “Desenvolvimento sustentável” à economia verde: as falsas propostas do capital em época de crise. **Temporalis**, v. 12, n. 23, pp. 125-151, 2012.